

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1533961 - DF (2019/0191378-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DEL LAGO
ADVOGADO : DIEGO BARROS DUTRA - DF043146
AGRAVADO : PEDRO CEZAR FERREIRA MARAVALHO
AGRAVADO : MARIA APARECIDA BATISTA DOS SANTOS
AGRAVADO : MANOEL LOPES DAMASCENO
AGRAVADO : CREDIOMAR SANTANA OLIVEIRA
AGRAVADO : ARLETE NUNES DA SILVA
AGRAVADO : MAURIL DE OLIVEIRA CARVALHO
AGRAVADO : SIMONE RODRIGUES COSTA
AGRAVADO : RAIMUNDO JOSE FRANCISCO DA SILVA
AGRAVADO : DELIOMAR LOUZEIRO
AGRAVADO : JOAO FERREIRA DA SILVA
AGRAVADO : JOAO PIAUI
AGRAVADO : EDILSON DO VARJÃO
AGRAVADO : JOSIANE DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : CASSIMIRO MARQUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF011214

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NATUREZA PRECÁRIA E PROVISÓRIA DO *DECISUM* QUE, EM REGRA, NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 735/STF. AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tiver encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.
2. Verifica-se que o Tribunal estadual analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.
3. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, em regra, não cabe recurso especial contra decisão que aprecia pedido liminar, nos termos da Súmula 735/STF.
4. A análise do preenchimento ou não dos requisitos da tutela de urgência demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.
5. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas

Documento: 103801603

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

